

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU

REQUERIMENTO N° , DE 2023.

(Do Sr. Acácio Favacho)

Requer auditoria, com auxílio do Tribunal de Contas da União, das ações e medidas adotadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para garantir a qualidade, a eficiência e a continuidade do serviço público prestado pela concessionária **Equatorial Energia – CEA**, no Estado do Amapá.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 24, inciso X, art. 60, II e com o art. 61, §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e nos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, requeiro a V. Exª que sejam adotadas as medidas necessárias para realizar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, ato de fiscalização e controle das ações e medidas adotadas pela **Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)** para regular, fiscalizar, garantir a qualidade, a eficiência e a continuidade do serviço público prestado pela concessionária **Equatorial Energia – CEA**, no âmbito do Estado do Amapá, principalmente nos seguintes aspectos: reajuste da tarifa de energia, cortes repentinos, quedas e oscilações no fornecimento de energia, obras sem cronograma definido, demora no atendimento e descaso com os consumidores.

JUSTIFICAÇÃO

Em junho de 2021, a empresa Equatorial Energia adquiriu a concessão da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), assumindo o setor elétrico no estado pelo período de 30 anos com o compromisso de realizar investimentos na melhoria da distribuição de energia nos 16 municípios do Amapá.



No intervalo de apenas 3 anos, a empresa vem recebendo constantes reclamações de consumidores do Amapá acerca da baixa qualidade dos serviços prestados, como: descontinuidade do fornecimento de energia elétrica, quedas abruptas que causam prejuízos materiais aos usuários, demora no diagnóstico dos problemas e na resolução das demandas, descaso com chamados urgentes, inoperância da central de atendimento, cobranças excessivas, reajustes abusivos etc, ou seja, bem longe do que se pode considerar um serviço de qualidade e eficiente.

É importante ressaltar que a empresa já atua no setor de distribuição de energia no Brasil, em outras 6 concessionárias, nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, Rio Grande do Sul e Goiás, onde as reclamações sobre a qualidade na prestação do serviço motivaram ações como a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI da Equatorial, da Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi), requerimento de criação de CPI no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá (Requerimento nº 1583/2023, do Deputado Estadual Roberto Góes), além da aprovação de Requerimento de Auditoria nas ações da ANEEL na regulação da CEEE Equatorial no Rio Grande do Sul (Req 277/2023 do Deputado Federal Daniel Trzeciak).

Nesse contexto, acreditamos que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) precisa esclarecer se vem exercendo a sua função de fiscalização de forma ativa e rigorosa em relação à Equatorial Energia - CEA, pois somente a fiscalização adequada, permanente e efetiva garantirá que a empresa concessionária preste melhor serviço à população.

Diante de todo o exposto, faz-se urgente e salutar a aprovação deste requerimento, para o que conto com o voto dos demais pares nesta Comissão.


Deputado Acácio Favacho
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano
MDB/AP

